



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (adiante designada por DSPA) divulgou recentemente o balanço dos resultados da execução do “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), no qual se refere que os objectivos foram basicamente alcançados. No entanto, a taxa de recolha de lixo não atingiu a percentagem de 20% pretendida¹, ficando-se apenas pelos 19.1%.

A quantidade de lixo em Macau tem vindo a aumentar, no entanto, as respectivas recolha e reciclagem são insuficientes. Quanto à recolha, tratamento e selecção do lixo em Macau, as lojas limitam-se a reciclar papel e resíduos metálicos, não existem pontos de recolha nem locais para tratamento de outros tipos de resíduos, por isso, o mercado não tem capacidade para os “digerir”, isto para já não falar de reciclagem. O Governo tem a responsabilidade de, com base em dados científicos, adoptar medidas, definir políticas e efectuar todos os trabalhos nesta área, e para além disso, deve estabelecer um pacote de mecanismos perfeitos para a selecção, recolha e tratamento do lixo.

Segundo os resultados da “Pesquisa sobre o Nível de Conhecimento da População de Macau em Relação à Protecção Ambiental” divulgados pela DSPA, existem três cores de caixotes de lixo, no entanto, os residentes não sabem em qual deles é que devem deitar o lixo correspondente, para além disso, o grau de satisfação em relação ao ambiente registou descidas, sobretudo no respeitante à poluição luminosa, do ar e sonora. Quanto aos residentes entrevistados, 68,1% consideram que os seus actos não são amigos do meio ambiente, 37% consideram que existem muitas dificuldades em concretizar actos que protejam o ambiente, e 43,4% consideram que a concretização da protecção ambiental através dos seus actos leva muito tempo. Isto demonstra que existe ainda margem para melhorias no que respeita à consciencialização da população para a protecção ambiental.

O Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética foi criado há quase 3 anos, no entanto, a sociedade desconhece os resultados do

¹ Macau *Daily News*, Pág. A01, 6 de Junho de 2014.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

trabalho desenvolvido. Alguns entendem que os serviços competentes devem aumentar a transparência da apreciação e autorização dos pedidos e envidar mais esforços nos trabalhos de divulgação.

Assim sendo, interpelo os serviços competentes sobre o seguinte:

1. Os resultados do tratamento de resíduos em Macau não são os ideais. Em primeiro lugar, porque é necessário elevar a consciencialização da população para a protecção ambiental, e segundo, porque os serviços responsáveis pela protecção ambiental não dispõem de orientações claras para a fiscalização e tratamento dos resíduos. O que é que os serviços competentes estão a pensar fazer, a nível legislativo, quanto à recolha, selecção e tratamento do lixo? Como é que vão reforçar a regulação da indústria de reciclagem e recolha do lixo?
2. Hoje em dia, falta em Macau um plano sistemático para o ensino sobre a protecção ambiental e um regime para o efeito. O Governo deve seguir o exemplo de algumas regiões avançadas e elaborar uma lei sobre o ensino da disciplina de protecção ambiental, elevando assim, através de um regime, a consciencialização da população para a protecção ambiental. O Governo vai fazer isso? Como é que os serviços competentes vão aprofundar, ainda mais, os trabalhos ao nível da educação para a protecção ambiental nos bairros comunitários?
3. O número de pedidos entregues ao Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética aumentou nestes últimos anos. Os serviços competentes devem proceder à avaliação da eficiência e à revisão dos trabalhos, com vista a aferir se os objectivos foram alcançados de acordo com as expectativas, para com base nisto poderem proceder aos necessários ajustamentos, tendo em conta o desenvolvimento social futuro. Os serviços competentes vão fazer isso? Vão aumentar a transparência da apreciação e autorização dos pedidos?

17 de Julho de 2014

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Chan Hong